

**PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL
GOURA NATARAJ & ANA MORO
2021 A 2024**

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Sumário

Curitiba Feita Por e Para Pessoas	4
Governança Justa e Sustentável	5
Por uma Curitiba Sustentável, Saudável e Humana	8
Qualificação do Espaço Público.....	9
Promoção da Cidade Policêntrica.....	10
Transição para uma Economia Verde	11
Aproveitamento dos recursos naturais.....	11
Gestão das Águas.....	12
Gestão da Fauna e Flora	13
Parcerias com instituições de Ensino.....	14
Gestão do Meio Ambiente	15
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: Cidade Lixo Zero	19
Logística	20
Catadores de Materiais Recicláveis	20
Missão Possível: Rumo ao Comércio Justo e Sustentável	21
Economia Local e Emprego	22
Economia Solidária	23
Economia Criativa	25
Turismo	25
Promoção de Uma Sociedade Justa	27
Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutrição	27
Acesso à Saúde	28
Educação	31
Esporte e Lazer	34
Cidade com Segurança	35

Defesa dos Direitos da Mulher	36
Acesso à Assistência Social	38
Proteção dos Direitos e Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida.....	40
Promoção Dos Direitos Étnico Raciais.....	41
Promoção dos Direitos da População LGBTI +	42
Promoção Dos Direitos da População em Situação de Rua	42
Imigração.....	43
Habitação, Gestão e Regularização Fundiária	43
Mobilidade Ativa	45
Mobilidade a Pé: Todos Somos Pedestres.....	46
Desenho Universal	46
Mobilidade por Bicicleta.....	47
Fortalecimento do Setor Público Responsável.....	48
Obras Públicas	48
Paraciclos e Bicicletários.....	48
Bicicleta Compartilhada.....	49
Morte Zero No Trânsito	49
Sistema Viário Funcional e Autoexplicativo.....	50
Áreas Calmas	50
Urbanismo Tático	51
Campanhas Educativas.....	52
Transporte Coletivo.....	52
Sistema De Fiscalização e Controle Do Sistema	55
Mobilidade Como Serviço.....	55

Curitiba Feita Por e Para Pessoas

Curitiba possui uma população de cerca de 1,9 milhão de pessoas. É polo da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 29 municípios, população de 3,5 milhões de habitantes e contextos urbanos, socioeconômicos e geográficos variados. É reconhecida no planejamento urbano, por meio dos planos diretores elaborados e implementados, sobretudo, no século XX, visando o ordenamento territorial cujos resultados influenciam a configuração socioespacial da capital e região metropolitana até hoje.

No entanto, compreende-se que há muito o que avançar: não é mais possível analisar e planejar a capital de forma isolada, uma vez que as políticas aplicadas em Curitiba influenciam diretamente nos municípios da Região Metropolitana. Especialmente quando se considera a relação de extrema e mútua dependência de Curitiba com municípios vizinhos, sobretudo no que diz respeito às questões ambientais e sanitárias, como a destinação dos resíduos sólidos, abastecimento de água, produção de alimento, e nas relações de trabalho e moradia, na qual grande parte dos trabalhadores da capital mora nas franjas da região metropolitana, realizando movimento pendular todos os dias. Neste aspecto, grandes avanços podem ser feitos por meio de instrumentos previstos na *Constituição Federal, Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole*.

A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) revelou chagas sociais, ampliou diferenças e forçou ações extremas para contenção de sua disseminação. Trouxe a ressignificação de valores e reflexão sobre o desenvolvimento que estamos em busca. Serão necessários esforços para reverter os danos sociais, econômicos e emocionais causados pela pandemia.

Para garantirmos a sustentabilidade econômica, ambiental e social é fundamental acelerarmos o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. Assim, as propostas deste programa de governo estão de acordo com as ODS.

Governança Justa e Sustentável

Para uma melhor administração do município em equilíbrio com a Região Metropolitana, é necessário um fortalecimento das Instituições Públicas, levantamento e reorganização de uma série de instrumentos e mecanismos há tempos existentes no município, assim como a revisão de formas de contratação.

Diante da crise nacional, a dependência dos repasses estaduais e federais para garantir as despesas pode ser diminuída com o aprimoramento do modelo tributário municipal, transformando seus processos e procedimentos com modernas estruturas informatizadas, criando maior atratividade local. Inovar nos processos estratégicos é fundamental. Promover melhoria contínua para garantir eficácia, eficiência, qualidade e controle é uma medida de sobrevivência diante da escassez de recursos. Queremos tornar Curitiba referência em eficácia, controle e autonomia financeira. Neste sentido, propomos as seguintes ações:

- Incentivos: Manter os incentivos tributários.
- Contribuinte pontual: Criar a bonificação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) do contribuinte pontual, para todos.
- IPTU: Revisar e equalizar base de cálculo e alíquotas do IPTU.
- Contribuinte esclarecido: Criar a primeira Lei de Defesa do Contribuinte do município de Curitiba.
- Fazer mais com menos: Aprimorar o modelo tributário municipal transformando seus processos e procedimentos com implantação de modernas estruturas informatizadas, criando maior atratividade local.
- Transparência normativa e respostas rápidas ao cidadão: Revisar, simplificar e tornar claras as normas tributárias municipais.
- Diminuir a dependência dos repasses estaduais e federais ampliando a eficiência da Gestão Tributária das receitas próprias, pelo desempenho fiscal dos técnicos, informatização, avaliação e monitoramento permanentes.

E ainda:

- Fortalecer a administração pública através da formação e capacitação continuada da administração pública, valorização dos servidores, abertura de novos concursos para contratação.
- Implementar a Cidade Por E Para Mulheres: garantia de quadro mínimo de gestoras nos cargos de chefia.
- Realizar Concursos de Projeto para obras públicas. Esta é modalidade de contratação que privilegia o critério de qualidade do projeto, podendo ser realizado para diferentes escalas.

Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) - as políticas e planejamento devem ser elaboradas de forma conjunta e cooperada por representantes do Estado, dos Municípios integrantes da unidade regional e da sociedade civil. Assim, propõe-se:

- Fortalecer Políticas junto ao Governo Estadual e Municípios da RMC para um desenvolvimento sustentável da região, integração das políticas ambientais, habitacionais de saneamento, de mobilidade, saúde e educação.
- Defender o Fortalecer o Setor Público responsável pela gestão integrada: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Conselhos e Câmaras Técnicas de assuntos metropolitanos.
- Fortalecer a Rede Integrada de Transportes (RIT) com as linhas da Urbanização de Curitiba (URBS) para promover uma melhor integração do transporte coletivo.
- Adequação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI): em respeito ao Capítulo IV, §3º que traz: o Município deverá compatibilizar seu plano diretor com o plano de desenvolvimento urbano integrado da unidade territorial urbana.
- Desenvolvimento de Parcerias com Instituições de Ensino e Universidades, para realizar pesquisas científicas e projetos de extensão que respondam às necessidades da sociedade e envolvem a população local na produção acadêmica.
- Revisão e Análise de Implementação de novos Instrumentos Urbanísticos - voltados sobretudo a promoção de Habitação de Interesse Social (HIS), assim

como promover a análise de instrumentos para justa distribuição dos investimentos realizados na cidade como Contribuições de Melhorias.

- Instrumentos para promover HIS - como Cota da HIS, Empreendimentos Inclusivos, Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC) com pena de aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, entre outros.
- Contribuição de Melhoria - instrumento que corresponde a um tributo cobrado pelo Estado em decorrência de obra pública que proporciona valorização do imóvel do indivíduo tributado. Com a aplicação da ferramenta, além da recuperação dos investimentos efetuados, viabiliza-se o reinvestimento dos recursos na provisão ou completude da infraestrutura urbana de regiões periféricas e mais vulneráveis.
- Revisão e Reordenação dos Fundos Municipais.
- Revisão e Reordenação dos Conselhos Municipais - Reestruturar os conselhos de políticas públicas e setoriais da cidade, garantindo sua existência e funcionamento, bem como dotá-los de maior poder deliberativo.
- Criação de ecossistema de inovação e de plano de evolução tecnológica baseado no modelo de startups, código aberto e licença livre, em rede de colaboração distribuída, com instituições públicas ou privadas visando atender as demandas de software do governo municipal.
- Promoção de economia local, colaborativa e solitária, nos por meio do incentivo ao software livre.
- Dar preferências a contratação de softwares de startups locais, baseados em licença livre e multi- plataforma, e dividindo custos com outros entes.
- Implantar tecnologia de informação para integração dos sistemas de atendimento à população de modo unificado, promovendo uma comunicação intersetorial (assistência social, saúde, educação, esporte e lazer, turismo, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar e outros órgãos pertinentes).
- Conveniar, licenciar e compartilhar o desenvolvimento de softwares com outros entes governamentais, bem como, disponibilizar os softwares de propriedade da prefeitura para entes que tenham demandas similares, barateando custos.

- Colocar como princípio a democratização do acesso a dados e informações, sistemas de monitoramento e transparência disponibilizados de modo acessível.
- Desenvolver ferramentas de orçamento participativo digital.
- Aumentar a disponibilidade de mapas inteligentes e interativos nos aplicativos da prefeitura.
- Fortalecer o diálogo com as associações de bairros.

Por uma Curitiba Sustentável, Saudável e Humana

Dentro do cenário de mudanças climáticas e pandemia, é necessário haver um olhar atento a qualidade ambiental da cidade que se constrói e com justa distribuição dos recursos e serviços ofertados. Curitiba pode se tornar uma capital humana, natural e resiliente através da inserção elementos da natureza, criando uma reconexão entre sociedade, natureza e aumentando a sua capacidade de resistir a condições adversas. A cidade deve ser vista como um ser vivo e desta forma, toda ação em um determinado espaço e tempo geram reflexos em diversos sistemas responsáveis pela dinâmica que move os processos da urbe.

Por sustentável entende-se a criação de um sistema com capacidade de conservação, buscando o equilíbrio entre as necessidades humanas e preservação dos recursos naturais. Por saudável entende-se a construção de um ambiente que estabeleça uma relação harmoniosa entre sociedade, o ambiente construído e natural, na busca de condições de vida, trabalho e cultura de toda população, proporcionando possibilidades de ocupação do espaço público e estimulando hábitos saudáveis na população. Por humana entende-se que é necessário resgatar a dimensão humana como elemento fundamental para o planejamento urbano, tornando o espaço mais amigável, seguro e acolhedor. Assim, propõe-se a criação da construção de políticas a curto, médio e longo prazo, desenvolvidas a partir das seguintes diretrizes e ações:

Qualificação do Espaço Público

Através de um tratamento especial das áreas públicas, combinado ao uso e ocupação do solo e políticas de acalmamento do sistema viário, garantindo proteção, conforto e prazer. Para atrair as pessoas entende-se que é fundamental possibilitar atividades como caminhar, permanecer, sentar, olhar, conversar, ouvir e atividades artísticas, lúdicas e esportes. Por uso do espaço público Assim propõe-se:

- A Utilização da dimensão humana como ponto de partida - estimulando edificações e espaços projetados de acordo com a escala humana com acesso visual a rua.
- Estímulo à interação entre espaço público e lotes privados - estimulando edificações com acesso visual a rua, de altura baixa e média e fachadas ativas que mantenham interação com o espaço público.
- A promoção de uma melhoria dos índices de caminhabilidade com melhoria da pavimentação, arborização, mobiliário urbana, entre outros.
- A promoção de locais de permanência - através de ofertas de locais para sentar-se, autorização de Vagas-vivas, já regulamentadas pelo Decreto n.º 575/ 2016, aplicação de infraestrutura a partir de técnicas de urbanismo tático (descritas no Item "Mobilidade Ativa, Morte Zero e Transporte Coletivo"), entre outros
- A promoção de estruturas que possibilitem atividades ao ar livre como arte de rua, atividades lúdicas, atividades esportivas ao ar livre trazendo vida e enriquecendo a experiência urbana.
- A implementação de acalmamento viário e segurança no trânsito - como técnicas de moderação de tráfego, travessias seguras, desenho e materiais diferenciados melhor descritas no Item "Mobilidade Ativa, Morte Zero e Transporte Coletivo"
- A promoção do desenho universal da cidade, garantindo a acessibilidade de todos.

- A atenção às necessidades de gênero e faixas etárias, atendendo às necessidades de cada grupo: como maior segurança para mulheres, espaço para brincar para crianças e locais acessíveis a idosos.
- A atenção às necessidades de grupos sociais específicos, como a população em situação de rua que necessita da implantação de banheiros público.

Promoção da Cidade Policêntrica

Neste momento de epidemia evidenciou-se a necessidade da existência de serviços, sobretudo essenciais, distribuídos por toda cidade. As cidades são, historicamente, os principais epicentros de epidemias. Sua alta concentração de pessoas e atividades contribuem para amplificar os riscos de transmissão de doenças e faz-se necessário uma democrática distribuição dos serviços e comércios. Para isso, propõe-se:

- Estímulo ao desenvolvimento de centros de bairros e uso misto nos bairros, conforme objetivos do Plano Diretor de Curitiba, que traz “Qualificar progressivamente os centros de bairros que são referências para a comunidade local devido à infraestrutura, equipamentos públicos e atividades comerciais e sociais”.
- Busca da construção de Habitação de Interesse Social em regiões Centrais, garantindo uma diversidade de classes sociais em um mesmo local, proposta melhor explicitada no tópico Habitação, Gestão e Regularização Fundiária
- Estímulo a mobilidade ativa, como forma de garantir um espaço público vivo em todas as regiões da cidade, proposta melhor explicitada no tópico Mobilidade Ativa, Segurança Viária e Transporte Coletivo
- Elaboração de Planos de Desenvolvimento de Bairro, já previstos no Plano Diretor de Curitiba como forma de valorização da administração regional de cada localidade.

Transição para uma Economia Verde

Aproveitamento dos recursos naturais

Através de ferramentas para uma gestão urbana mais eficaz, de resgate da biodiversidade e da construção de um ecossistema urbano. Para isso, é necessário respeitar os preceitos da arquitetura bioclimática e permacultura, assim como os 3R's (reduzir, reutilizar e reciclar). Propõe-se:

- Incentivo a (re)utilização dos recursos naturais nas construções e empreendimentos particulares para melhor aproveitamento dos recursos naturais como captação de água da chuva, aquecimento de água e geração de energia utilizando a energia solar, construção de telhados verdes e técnicas da permacultura que auxiliam no resfriamento do edifício, enquanto umidificam o ar e destacam, esteticamente, a edificação na paisagem urbana
- Progressiva adequação de edifícios públicos a princípios de sustentabilidade como escolas municipais, postos de saúde, Prefeitura, Faróis do Saber, ginásios de esportes e outros com sistemas de monitoramento segundo preceitos sustentáveis, como painéis fotovoltaicos, cisternas, jardins de chuva e biovaletas, sistemas de monitoramento com o objetivo de reduzir custos de manutenção e despesas, somado a diminuição progressiva dos impactos ambientais.
- Incentivo a utilização de materiais naturais, reciclados e aqueles que garantem o aprisionamento de carbono.
- Criação de "Banco de Materiais de Construção" para receber materiais que são substituídos e/ou sobram ao final de obras com condições de serem reaproveitados (Classe A, Resolução CONAMA 307/2002).
- Estudo de viabilidade para a Implementação de estruturas para microgeração de energia por meio de painéis fotovoltaicos e outras técnicas que utilizem fontes renováveis.

Gestão das Águas

O território de Curitiba é composto por 6 Bacias Hidrográficas (Atuba, Barigui, Belém, Iguaçu, do Padilha e Passaúna) compostas pelo rio principal, afluentes e 120 sub-bacias. A qualidade da água destes cursos está diretamente ligada a políticas que envolvam todos os municípios da RMC. Conforme medição realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, em 2015, de 96 subacias monitoradas, apenas uma recebeu Índice de Qualidade das Águas (IQA) bom. Assim, para este tema propõe-se:

- Fortalecimento da gestão das águas na Escala Metropolitana: a exemplo o programa Pacto pelas Nascentes de Água da Região Metropolitana de Curitiba, que deve ser analisado e fortalecido.
- Fortalecimento de programas de educação ambiental com o objetivo de envolver a melhoria da qualidade dos rios a exemplo do Programa Olho D'água.
- Promover o Tratamento Natural das Águas, como zona de raízes, combinado com a fiscalização das ligações de esgoto e águas pluviais em cada bacia hidrográfica.
- Promover a implementação de Jardins de Chuva e Pavimentação Drenante sobretudo em grandes áreas impermeabilizadas, como estacionamentos, permitem a coleta da água da chuva e são responsáveis pela sua infiltração no solo, alimentando o lençol freático
- Possibilitar a Renaturalização Progressiva dos Rios Urbanos através de um tratamento diferenciado dos rios e nascentes do que tem sido feito hoje. Uma descanalização progressiva dos rios através do reflorestamento de pequenas áreas próximas às nascentes e curso de rios realizado pela população, promovendo uma reconexão da população com os recursos hídrico e educação ambiental A exemplo do feito no Rio Cheonggyecheon, Seul, Coréia do Sul que em 1998 implementou o plano de Desenvolvimento e Implementação de Gestão da Qualidade da Água.

Gestão da Fauna e Flora

É necessário trabalhar com a flora local para melhorar o conforto ambiental urbano, promover a biodiversidade, interligar maciços vegetais, qualificar a paisagem urbana, aumentar a área permeável, propõe-se um olhar atento às espécies vegetais que compõem a paisagem urbana. Este olhar deve ser aliado à como proposta de requalificação da paisagem e democratização dos espaços de lazer. Sobre este tema, propõe-se:

- Elaboração do Plano de Arborização Urbana de Curitiba com o diagnóstico dos indivíduos arbóreos urbanos, suas condições fitossanitárias, espécies e posição geográfica e orientações técnicas para o plantio. Tal plano já existe em diversas capitais do Brasil. Ex: Manual Técnico de São Paulo | Plano Diretor de Arborização Urbana - 2010 Campo Grande
- Requalificação das praças nos bairros através da qualificação do uso e manutenção da infraestrutura.
- Instalação de Praças de Bolso de pequenas praças em vazios urbanos centrais, como a Praça de Bolso do Ciclista, criando espaços de convivência.
- Possibilitar a instalação progressiva de Corredores verdes, procurando conectar o sistema de parques e áreas verdes conectando.

Criar uma Rede de Resgate de Plantas em substituição ao orquidário municipal em articulação com instituições de pesquisa, universidades, proprietários de áreas de floresta urbana, agricultores urbanos, orquidários privados, floricultores, empresas com áreas verdes, escolas, casas de repouso, construtoras, entre outras pessoas e entidades da cidade para receber plantas rejeitadas, apreendidas e/ou que iriam para o lixo, com a finalidade de produzir alimentos, preservar plantas (principalmente nativas), realizar atividades de terapêuticas ocupacionais, aumentar a área verde da cidade e fomentar pesquisas.

- Colocar a rede no aplicativo da prefeitura para estimular a troca e o resgate de plantas (comunicação direta entre as pessoas da cidade através da tecnologia).

- Monitorar o funcionamento da rede através do lançamento de um programa-piloto envolvendo algumas universidades, empresas e pessoas interessadas.
- Conscientizar para preservação do meio-ambiente, reuso de plantas, uso de plantas comestíveis e pesquisa.
- Destinar plantas resgatadas para fins e áreas diversas como para floresta urbana, plantas comestíveis em entidades de agricultura urbana, plantas de interesse de pesquisa em instituições de pesquisa, e ter outros.
- Utilizar espécies de comestíveis não-convencionais para hortas em escolas e casas de repouso, bem como no paisagismo e no cultivo e educação a respeito de plantas nativas e decorativas.
- Estimular a participação comunitária e colaboração entre pessoas e entidades.

Parcerias com instituições de Ensino

Para desenvolvimento de projetos, pesquisas científicas e projetos de extensão que respondam às necessidades da sociedade e envolvem a população local na produção acadêmica. Exemplos: Observatório do Espaço Público, Universidade Federal do Paraná (UFPR), que produz pesquisa e levantamento de dados das ruas de Curitiba e Região Metropolitana, Laboratório de Habitação e Urbanismo, UFPR, com produção e pesquisa sobre habitação e tópicos de urbanismo em Curitiba e Região Metropolitana.

- Fortalecimento da Parceria Internacional – via consorcio de desenvolvimento e regeneração urbana visando troca de experiências e implementações de Soluções Baseadas na Natureza e implantação de Corredores Saudáveis no meio urbano.
- Retomada de cooperações com universidades europeias, latino americanas, entre outras, na busca de boas práticas pesquisas e desenvolvimento.

Gestão do Meio Ambiente

Curitiba já foi reconhecida em âmbito nacional e internacional com uma cidade bastante avançada em políticas públicas relacionadas às questões ambientais. Espaços como o Jardim Botânico, Parque Barigui e o Parque Tanguá, encantam os curitibanos e os turistas. Mas não podemos esquecer que há ainda muito o que fazer.

Dentre outras ações, é preciso melhorar a qualidade da água dos rios que abastecem e estão dentro de Curitiba, a disponibilidade de áreas verdes para a população, como também a gestão de resíduos sólidos.

Sobre a gestão dos resíduos sólidos, o International Finance Institute (IFC), do Banco Mundial, auxiliou o município a encontrar um novo modelo de gestão de lixo e resíduos. Infelizmente, até hoje, a prefeitura atual não conseguiu implantar as recomendações do estudo.

Sobre a cobertura vegetal da cidade, vale a pena lembrar que Curitiba tem cerca de 20% de sua área coberta por florestas em bom estado de conservação. Dessa área, por volta de 75% estão em terrenos particulares, o que nos leva à conclusão de que é preciso engajar os proprietários dessas áreas na conservação dos serviços ecossistêmicos providos por essas florestas particulares. Preservar áreas de florestas urbanas é algo fundamental para a qualidade do meio-ambiente da cidade, em especial quando se fala em qualidade da água.

Curitiba é uma cidade com alto índice de motorização, o que contribui para deteriorar a qualidade do ar que os curitibanos respiram, e o aumento de temperatura no microclima local. O programa de transporte e mobilidade, portanto, precisa estar intimamente ligado às políticas de meio ambiente. Questão importante a considerar é que a poluição do ar cria custos para o sistema de saúde, desviando recursos que deveriam ser utilizados para a prevenção de doenças e para o tratamento de enfermidades provocadas pelo meio ambiente deteriorado da cidade.

Para que avanços efetivos sejam alcançados na gestão ambiental para Curitiba propomos:

- Implementar planos, programas e projetos, integrados e transversais com as demais Secretarias Municipais.

- Fortalecer o órgão gestor ambiental municipal com capacitação da equipe técnica e criando as condições ideais para efetivar a gestão ambiental em suas atribuições específicas, de acordo com a legislação ambiental municipal.
- Adequar a estrutura organizacional, as atribuições e as atividades de fiscalização e monitoramento.
- Qualificar o arranjo administrativo criando condições e critérios para a implementação de compras públicas sustentáveis.
- Criar portal de Meio Ambiente com informações completas para acesso do cidadão à cartilhas, manuais, guias, legislações, materiais educativos e educacionais.
- Estudar e implantar como política estruturante de Curitiba os corredores de “Eco-Inovação Verde e Azul”, utilizando e protegendo o entorno dos rios da cidade, promovendo áreas verdes e azuis (de água) como novas centralidades do tecido urbano da cidade.
- Recuperar as matas ciliares e a qualidade da água dos rios urbanos (virar a cidade para os rios - exemplos mundiais de despoluição e valorização dos corpos hídricos).
- Promover atividades de baixa geração de carbono, ciclovias, usinas de geração de energia solar, com bicas e fontes renováveis, pisos permeáveis, projetos de paisagismo e ocupação dos espaços verdes e azuis com atividades recreativas, esportes, educação para a cidadania e o meio-ambiente.
- Valorizar a flora nativa da região de Curitiba, implantando paisagismo urbano que utilize as espécies nativas, educando a população, firmando parcerias com entidades de classe e profissionais da arquitetura e da construção civil para a redução do plantio de espécies ornamentais não-nativas, bem como para a recuperação das espécies ameaçadas de extinção (Plano Municipal de Arborização Urbana).
- Voltar um olhar especial para a zona sul de Curitiba, historicamente desprivilegiada na construção e estabelecimento de parques e espaços de lazer e integração com o meio-ambiente.
- Buscar financiamento para a construção de ilhas acessíveis nos espaços azuis de Curitiba, estimulando a maior integração da população com a água da

cidade e demonstrando a importância de se preservar e melhorar a qualidade da água de nossa cidade.

- Fechar parcerias com o estado, universidade e instituições de pesquisa para monitoramento efetivo e transparente.
- Ampliar e qualificar a transparência de dados sobre a qualidade do ar e da água em Curitiba, assim como de outros indicadores de qualidade ambiental, organizando e traduzindo o que esses indicadores querem dizer para que a população tenha direito de acesso à informação sobre o meio ambiente em que vive (Inventários climáticos/de emissões).
- Implantar a gestão ambiental de parques, praças e áreas verdes e azuis de maneira democrática e participativa, dividindo em um mosaico de áreas de conservação e criando conselhos para cada uma dessas áreas.
- Implementar o recomendado pelo estudo do International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial para a gestão dos resíduos, construindo e implantando estações de transbordo para o barateamento do serviço.
- Adotar políticas educativas e mais efetivas sobre redução de geração de resíduos, reutilização e reaproveitamento (os três Rs).
- Incentivar a separação em sacos de cores diferentes, revertendo as economias obtidas nas regiões com maior participação da comunidade.
- Incentivar e estimular a adoção de ações de responsabilidade com o meio ambiente como a compostagem domiciliar e condominial, assim como ampliar o programa “Ecocidadão”, fazendo a troca de resíduos por verduras e bônus culturais para eventos promovidos com auxílio e apoio da prefeitura.
- Desenhar e implantar política de compostagem e reciclagem em larga escala, com ações educativas e parcerias com empresas e entidades da sociedade civil, reduzindo radicalmente a produção de resíduos urbanos e a destinação de material descartado para aterros.
- Adotar “Selo-Verde” para a construção civil de Curitiba, bem como analisar a implementação de incentivos fiscais, em parceria com outros entes federativos, para obras que minimizem a geração de resíduos e busquem alternativas de reciclagem e reutilização.

- Criar plano municipal de agroecologia e desenvolvimento rural urbano sustentável, de forma participativa e solidária, em parceria com a Secretaria Municipal de Abastecimento e com os Municípios da RMC.
- Promover a melhoria econômica e de saúde para agricultores e agricultoras, consumidores, e todos os demais seres (reconhecimento das áreas rurais dos municípios no Zoneamento Ecológico e Econômico) por meio do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Urbano Sustentável.
- Criar plano de Ação Climática, em parceria com os municípios da RMC, Universidades de outras instituições de pesquisa, para mitigar e buscar a adoção de práticas que prevejam medidas de superação dos desafios relacionados ao enfrentamento das mudanças climática.
- Criar Plano de Segurança Hídrica, em parceria com os municípios da RMC, Universidades, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), comitês de bacia, e outras instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, e representantes dos diversos setores econômicos.
- Estimular a adoção de modais de transporte que utilizem fonte de combustível renovável e que contribuam com a redução das emissões poluentes do transporte da cidade.
- Implementar a Política Municipal de Educação Ambiental, em todas as regionais, com foco na comunidade, em parceria com as Universidades e Organizações da Sociedade Civil, de forma integrada com as demais Secretarias, como Saúde, Agricultura, Educação e Turismo
- Democratizar gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente, de modo participativo, consultivo e deliberativo. Possibilitar fiscalização e transparência dos recursos e projetos financiados
- Utilizar recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMs) Ecológico prioritariamente em ações e Programas de Conservação e Recuperação Ambiental
- Valorizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente como instância de participação, e controle social sobre as Políticas Públicas de Meio Ambiente.
- Propor Plano de Ação Estratégico para ampliação do Plano de Saneamento Básico, com tratamento de esgotos e disposição adequada de resíduos sólidos, em parceria com outros municípios da RMC.

- Otimizar captação de recursos e minimizar impacto no investimento de recursos públicos e passivos ambientais por meio do Plano de Ação Estratégico para ampliação do Plano de Saneamento Básico.
- Criar Sistema de Informações Ambientais e inserir o Município em Redes de Informação, que propiciem a troca de experiências para a gestão ambiental, garantindo a democratização das informações ambientais, tendo como um dos objetivos fundamentais a Educação Ambiental e a transparência na gestão pública.
- Realizar de forma participativa e democrática a avaliação e atualização do Plano Municipal da Mata Atlântica/Biodiversidade.
- Zelar pela saúde pública e do ambiente, utilizando formas naturais de combate as ervas daninhas nas vias públicas, parques e praças.
- Fiscalizar o uso de agrotóxicos no território do município e propor alternativas ecologicamente sustentáveis para controle de pragas, insetos e roedores
- Ampliar e fortalecer os programas de proteção animal, adoção e saúde única.
- Fortalecimento das feiras de bairros, gastronômicas e de orgânicos.

Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: Cidade Lixo Zero

Uma Cidade Lixo Zero é aquela que governo local, sociedade civil, organizações não governamentais, movimentos sociais e iniciativa privada se unem para implementar um conjunto de leis, metas, estratégias, programas e campanhas, pactuando uma visão compartilhada de longo prazo onde não existirá mais a ideia de Lixo sendo produzido, descartado e gerido da maneira como hoje vivenciamos na maioria das cidades brasileiras. Uma cidade Lixo Zero é eficiente para enfrentar a crise, recuperando os resíduos, promovendo o desenvolvimento da economia circular e contribuindo para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, compostagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos. Para tanto, propomos as ações a seguir.

Logística

- Reestruturação da coleta seletiva com separação dos resíduos em 3 categorias: resíduos compostáveis, resíduos recicláveis e rejeitos (não recicláveis), dando cumprimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
- Estabelecer metas de redução, reutilização, coleta seletiva, reciclagem, incluindo a matéria orgânica, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos sólidos encaminhados para disposição final, encaminhamento para o aterro apenas dos rejeitos.
- Promoção de campanhas permanentes para aprimorar a reutilização e reciclagem de resíduos sólidos
- Fomentar campanhas sobre o impacto negativo das bitucas e outros micro resíduos.
- Incentivar a compostagem doméstica e comunitária dos resíduos sólidos orgânicos.

Catadores de Materiais Recicláveis

- Implantação da gestão integrada de resíduos sólidos incorporando formalmente a participação dos catadores de materiais recicláveis.
- Erradicação do trabalho de crianças e adolescentes na catação de resíduos sólidos, priorizando o atendimento destas nas escolas públicas em período integral.
- Promoção da gestão interinstitucional, com participação da sociedade, que garanta a sustentabilidade técnica e econômica dos empreendimentos formados pelos catadores de materiais recicláveis.
- Promover a formação técnica e continuada dos técnicos do município visando a efetiva assessoria às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando a garantia de viabilidade social e econômica das associações.

- Assegurar a participação e controle social na formulação, implementação e operacionalização dos planos de resíduos sólidos, garantindo ampla publicidade aos conteúdos.
- Assegurar a representação dos catadores de materiais recicláveis, em conselhos municipais.
- Garantir a contratação das associações e cooperativas de catadores nos planos de logística reversa.
- Garantir às associações e cooperativas de catadores a isenção de taxas municipais, também de água e luz
- Apoiar a para implantação de plano de negócios – verticalização da produção da rede Cata Paraná.
- Apoiar a implementação do projeto de rede Cata Paraná “bioecocataparana” – óleo não se mistura.
- Apoiar os Planos de manutenção e execução dos equipamentos das associações e cooperativas integrantes do programa Ecocidadão, bem como reforma e ampliação dos barracões.

Missão Possível: Rumo ao Comércio Justo e Sustentável

Além de ensinamentos, a pandemia nos mostrou a necessidade de mudanças, no curto prazo. Ainda que essa transição seja gradativa dentro de uma gestão pública, é fundamental destinarmos a energia necessária para a realização das emergentes mudanças que uma metrópole como Curitiba precisa.

A prosperidade humana em Curitiba precisa superar o PIB enquanto seu único medidor. Pois, apenas o crescimento da economia não nos garante o fim da pobreza, o fim do desemprego, da produção de lixo e do aquecimento global.

A urgência de reformular a lógica da vida urbana e a relação com o meio ambiente indica que o potencial que Curitiba tem precisa de otimização e inteligência, e de alinhamento com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU e assim,

garantir o desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social e respeito ao meio ambiente.

Economia Local e Emprego

O conjunto de conhecimentos, habilidades, costumes e valores sociais da população de Curitiba são a matéria prima que gera valor econômico para a cidade.

Nesse sentido, Curitiba possui um conjunto de ativos importantes em universidades, instituições e centros de pesquisa, centros de artes, incubadoras de empresas de base tecnológica, aceleradoras de startups e hubs criativos, o que qualifica seu ecossistema de inovação e empreendedorismo entre os mais importantes da América Latina.

O nosso desafio é fazer com que essa base de economia urbana possa gerar integração social e reduzir desigualdades de oportunidades, abrindo condições de qualificação, emprego e renda para toda a população.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Implementar um Plano de Ação imediata de aquecimento econômico às pequenas empresas.
- Realizar campanhas de incentivo ao consumo local.
- Criar um selo de origem de produto local.
- Criar um selo verde para os negócios que implementam práticas ecológicas como: metas para redução de resíduos, separação de resíduos em 3 categorias (recicláveis, orgânico e rejeitos), implementação da logística reversa, dentre outras medidas compensatórias aos danos socioambientais.
- Incentivar que os varejistas destaquem produtos oriundos de Curitiba e região.
- Ampliar o aplicativo da prefeitura municipal inserindo um mapa dos negócios locais.
- Estabelecer um programa de compras públicas que, respeitando a legislação vigente, privilegie, aumente e impulse os negócios curitibanos e da região metropolitana.
- Ampliar o programa “Empreendedora Curitibana” para alcance também às iniciativas regionais, e assim, impulsionar a inovação, o empreendedorismo, o investimento e a visibilidade de mulheres empresárias.

- Desenvolver programas de capacitação profissional voltados aos jovens.
- Desenvolver programas de capacitação profissional voltados às mulheres vítimas de violência.
- Estimular negócios colaborativos criados por jovens ou que empreguem jovens.
- Promover feiras de negócios lideradas por empreendedoras curitibanas.
- Implantar linhas de crédito produtivo para mulheres empreendedoras.
- Criar a “Rede Curitiba de Negócios Femininos” via plataforma de colaboração entre empreendedoras.
- Desenvolver oficinas online sobre programação e uso de tecnologias digitais para meninas e adolescentes voltadas ao empreendedorismo.
- Criar um selo de “Indústria Responsável”, identificando aquelas que executam medidas sustentáveis, como: a reutilização da água, implementação de metas para redução de resíduos, separação de resíduos em 3 categorias (reciclável, orgânico e rejeitos), gerenciamento correto de resíduos tóxicos, implementação da logística reversa, dentre outras medidas compensatórias aos danos ambientais.
- Buscar parcerias para desenvolvimento de projetos de inclusão socioeconômica de jovens e adultos nas indústrias.

Economia Solidária

A Economia Solidária tem seu destaque no cenário de alternativas de organização econômica devido ao seu caráter de inclusão social por meio de cooperativas de trabalho, grupos autogestionários, associações e redes solidárias.

Diferentes lideranças comunitárias e instituições vêm mobilizando esforços para fortalecer a Economia Solidária no município. Mais do que gerar renda, essas pessoas produzem vínculos sociais, o que colabora para a superação da situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2016, o movimento da Economia Solidária de Curitiba conquistou a promulgação da lei 14.786, em 23 de fevereiro, que instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária e criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Promover capacitações e treinamentos voltados aos empreendimentos de Economia Solidária, abordando temáticas de gestão, estratégias de vendas e planejamento estratégico, técnicas de produção, organização de redes, dentre outras.
- Promover eventos voltados ao fortalecimento da Economia Solidária em Curitiba e região metropolitana.
Promoção de assessorias aos empreendimentos e redes vinculadas ao campo da Economia Solidária.
- Promover o conteúdo da Economia Solidária nas escolas municipais de Curitiba, conforme prevê a lei municipal 14.786 de 23 de fevereiro de 2016, garantindo ampla capacitação para os educadores.
- Promover campanha de divulgação e fortalecimento do conhecimento popular sobre o tema da Economia Solidária.
- Apoiar a comercialização de produtos e serviços da economia popular e solidária.
- Criar o primeiros Centro Público de Economia Solidária que comporte atividades de comercialização, mostras, oficinas, apresentações culturais, dentre outras.
- Promover capacitações sistemáticas de Economia Solidária para gestores públicos e do terceiro setor, e lideranças comunitárias.
- Garantir a disponibilização e apoio de espaços apropriados à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos da Economia Solidária, garantindo a aplicação da lei 14.786/16.
- Organização de ações intersetoriais de fortalecimento da Economia Solidária que envolvam recursos humanos e financeiros da Assistência social, a Saúde, a Educação, a Cultura, Lazer e Esporte, dentre outros setores.
- Garantir apoio a constituição de uma linha de crédito especial para o fortalecimento de empreendimentos vinculados à Economia Solidária.
- Garantir equipamentos e maquinários públicos para fortalecer os empreendimentos solidários e a geração de trabalho e renda.
- Fortalecer as cadeias produtivas de Economia Solidária.

Incentivar pesquisas sobre a Economia Solidária, suas redes e cadeias produtivas, procurando construir conhecimento sobre o tema e integrar as diferentes iniciativas.

Economia Criativa

O setor da economia criativa vem se consolidando nos últimos anos como uma nova alternativa econômica sustentável, tanto do ponto de vista ambiental como social. Promovendo oportunidades inovadoras, talentos locais e colaborando para o desenvolvimento local e regional, a Economia Criativa necessita da devida atenção da gestão pública para que amplie seu alcance e seu potencial de contribuição ao desenvolvimento social.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Fortalecer e Incentivar as feiras, eventos e iniciativas de difusão da economia criativa.
- Promover o acesso de iniciativas de economia criativa e cultural aos espaços municipais para a realização de feiras, mostras, rodas de conversa e apresentações culturais.
- Incentivar a promoção de eventos ao ar livre e em espaços públicos (como ruas, praças, parques e espaços culturais).
- Incentivar o consumo de produtos culturais e autorais.
- Mapear indicadores referente ao impacto da economia criativa na cidade.

Turismo

Com seu perfil multicultural, suas feiras, gastronomia, parques, praças, museus, arte urbanas e suas práticas de planejamento urbano que são referência nacional e internacional Curitiba está entre as 10 cidades com mais demanda turística do Brasil.

Curitiba é a capital da Grande Reserva da Mata Atlântica com acesso à uma das florestas tropicais mais exuberantes do planeta. É o ponto de partida para acessar

o litoral paranaense, a serra do mar e suas unidades de conservação, bem como os caminhos históricos da Graciosa, Itupava e à estrada de ferro.

Com a pandemia, o turismo é um dos possíveis catalisadores para uma retomada da economia, gradativa e respeitando as medidas de segurança sanitária à população. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Desenvolver um programa de turismo sustentável em parceria com as agências de desenvolvimento do turismo, associações e os municípios da RMC.
- Estabelecer diálogo permanente com empresas do ramo turístico como agências de viagem, serviços de hospedagem, guias turísticos.
- Melhorar a comunicação e marketing sobre o turismo da cidade.
- Melhorar os serviços de atendimento e informação dos visitantes nos parques como guias impressos com as espécies de fauna e flora, história e cultura dos locais.
- Aprimorar a divulgação turística da cidade nos aeroportos, rodoviárias e nos acessos rodoviários do município.
- Implantar postos de informação turística.
- Adequar o acesso aos equipamentos turísticos às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Buscar negócios e comunidades que são autênticos e que possam oferecer experiências com valor agregado aos visitantes a partir da cultura local.
- Implementar o turismo de observação de aves.
- Incentivar o turismo controlado nas áreas de preservação ambiental urbana, com foco na educação para o turismo responsável e cuidados com a natureza.
- Incluir serviços e atividades de lazer nas áreas naturais da cidade, como aluguel de bicicleta, caiaque, trilhas interpretativas com guias locais.
- Criar circuito de cainhadas turísticas guiadas por moradores locais que são guias, professores ou moradores.
- Criar rotas de observação conectando diversas obras dos artistas localizadas em espaços públicos de Curitiba.
- Criar rota de observação do patrimônio arquitetônico da cidade.
- Manter um diálogo permanente com as associações comunitárias.
- Estimular o turismo religioso, considerando a ampla diversidade histórica e religiosa da cidade.

- Promover e incentivar a realização de festivais nacionais e internacionais de música, dança, teatro entre outras atividades culturais.
- Fortalecer e criar rotas turísticas contemplando as memórias históricas das populações que ajudaram a construir Curitiba, como a população negra, quilombola e indígena.
- Criar roteiros de Cicloturismo no município, bem como na região metropolitana e no Litoral, além de outras rotas existentes rumo ao interior do Estado, com sinalização e conteúdo digital (mapas, informações, rotas, distâncias percorridas).

Promoção de Uma Sociedade Justa

Promover a conscientização da importância da igualdade, do respeito à diversidade cultural, da promoção do desenvolvimento social são ações voltadas a combater a injustiça social. Buscar mecanismos para compensar as desigualdades sociais geradas pelo mercado e pelas diferenças sociais deve ser um compromisso para governar uma cidade.

Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutrição

Os principais desafios para a gestão das políticas de abastecimento e segurança alimentar a serem vencidos são a garantia do direito humano à alimentação, promovendo e facilitando o acesso da população de menor renda a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e com o menor comprometimento possível do orçamento familiar. Como também aprimorar o perfil nutricional da população Curitibana e o fomento à cadeia de abastecimento alimentar e de serviços agregados para o fortalecimento da economia em Curitiba e Região Metropolitana.

Para uma implementação das políticas públicas que promovam a efetiva participação da população, propomos as seguintes ações:

- Definir plano de metas graduais para alcançar o objetivo de Merenda escolar 100% orgânica.
- Compartilhamento de dados e informações associadas à cadeia do alimento, permitindo maior acompanhamento, participação, colaboração e iniciativas inovadoras e empreendedoras na área da alimentação.
- Implantar um canal de diálogo e debate por regionais, entre o município, as organizações sociais e comerciais e a população em geral.
- Promover cursos de empreendedorismo, boas práticas de manipulação e sustentabilidade na área da gastronomia.
- Fortalecer as ações de educação alimentar e agricultura urbana realizados em parceria com escolas públicas e privadas.
- Realizar concursos e festivais gastronômicos com apelo à saudabilidade, à sustentabilidade e à valorização cultural.
- Criar instrumentos de incentivo à utilização de terrenos particulares desocupados para a prática de hortas comunitárias.
- Retomada e fortalecimento do programa Nossa Feira provendo benefício à população urbana, especialmente de baixa renda, e às cooperativas e organizações de produtores rurais da RMC.
- Promover festivais gastronômicos, para o resgate de comidas de quintal e das tradições de família, concursos e registros de memória.
- Fortalecer as pequenas indústrias de comidas regionais em integração com a vocação turística e ambiental da cidade.
- Criação da categoria de Microempreendedor Individual - MEI Agricultor Urbano.

Acesso à Saúde

A saúde precisa chegar a todos, e sem demora. Num cenário de pandemia e com a saúde pública sendo cada vez mais privatizada e os servidores desvalorizados, a população que precisa do atendimento é a mais prejudicada. Mudar essa lógica e edificar o Sistema Único de Saúde- SUS em Curitiba exige ações concretas de

reorganização dos serviços e da gestão em consonância com as políticas públicas que representam décadas de construção e participação cidadã.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Valorizar os servidores da saúde por meio de reorganização da distribuição previdenciária.
- Reverter o modelo de contratação evitando a terceirização de serviços.
- Retomar apoio institucional junto a atenção primária.
- Implementar um programa de formação continuada e atualização profissional ao servidor da saúde pública.
- Implementar uma gestão que promova a escuta qualificada dos usuários dos serviços de saúde.
- Fortalecer os conselhos de saúde locais.
- Fortalecer a Atenção Básica em Saúde por meio de ampliação da equipe e estrutura de unidades de saúde.
- Ampliar e fortalecer as estratégias de saúde dos Agentes Comunitários de Saúde visando a promoção e detecção precoce de problemas de saúde da comunidade.
- Ampliar equipes multidisciplinares dos Núcleos de Saúde da Família (NASF) visando o fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, a prevenção de doenças e seus agravos.
- Agendamentos de consultas via telefone e a curto prazo respeitando a emergência de cada caso.
- Implementação de práticas integrativas e complementares em mais unidades de saúde do município.
- Facilitar o acesso da Pessoa Idosa ao atendimento de saúde por meio Atendimento domiciliar pela equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF), facilidade do agendamento de consultas, acompanhamento nutricional, terapêutico ocupacional e fisioterapêutico.
- Ampliar a rede de serviços de convivência da Pessoa Idosa com a presença de terapeutas ocupacionais para estimular a independência, autonomia e qualidade de vida das pessoas idosas.

- Implementar o programa “Saúde Mental Mais Perto De Você” visando oferecer cuidados de saúde mental na Unidade de Saúde da região, a partir dos primeiros sinais de desequilíbrio emocional ou comportamental.
- Incluir psicólogos (as) e terapeutas ocupacionais nas equipes das Unidades Básicas de Saúde para apoiar os profissionais de medicina e enfermagem por meio do programa “Saúde Mental Mais Perto De Você” e assim evitar que sofrimentos emocionais se tornem graves.
- Promover uma conferência municipal de saúde mental.
- Para o atendimento dos casos graves em saúde mental, retomar a organização dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) divididos por especialidades de atendimentos para casos de transtornos mentais graves, atendimentos aos casos com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e ao atendimento de crianças e adolescentes como serviços específicos.
- Implementar ações efetivas para reabilitação psicossocial voltadas à geração de renda e inclusão social por meio de parcerias intersetoriais espelhados em modelos de sucesso no Brasil e no mundo.
- Implementar Centros de Convivência e Cooperativa/Cultura (CECCO) (intersetorial) voltados à reinserção social e produtiva de pessoas usuárias dos serviços de saúde mental.
- Implementar Unidade de Acolhimento na Saúde Mental.
- Fortalecer ações de Matriciamento em Saúde Mental.
- Desenvolver estratégias de implementação das deliberações da conferência de políticas sobre drogas do município.
- Realocar a secretaria de políticas sobre drogas no âmbito da saúde.
- Ampliar e fortalecer a linha de cuidado à mulher que sofre violência sexual integrando as áreas de saúde e segurança.
- Implementar centros regionalizados de atenção especializada à saúde da mulher com atendimento integral e humanizado.
- Reativar as atividades da maternidade Bairro Novo.
- Estimular a humanização do parto em maternidades e hospitais gerais que realizam partos.
- Estimular a inserção de doulas no acompanhamento à gestante.

- Implementar um programa de atenção especializada para atendimento a adolescentes grávidas, de 13 aos 17 anos em situação de pobreza e vulnerabilidade.
- Promover formação de profissionais para atendimento qualificado da população LGBTI+ e fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- Estabelecer protocolo Integrado com a RMC de prevenção de contaminação de vírus potencialmente letais.

Educação

A educação de Curitiba sempre esteve em destaque pela sua qualidade. O esforço das pessoas envolvidas na Rede Municipal de Educação (RME) premiou a cidade em décadas recentes com resultados expressivos. Contudo, é necessário reconhecer que a qualidade e alcance da educação municipal está em risco. Precisamos restabelecer o diálogo com os profissionais da educação com o respeito e valorização que este setor da sociedade merece. Por meio de diálogo, participação de profissionais e da população é que podemos recolocar a educação de Curitiba num lugar de referência em qualidade.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Restabelecer o diálogo com os profissionais da educação (docentes e não-docentes) sobre questões referentes ao plano de carreira.
- Resgatar a profissionalidade docente e não-docente por meio da valorização profissional.
- Adequar o número de profissionais da educação na RME.
- Estruturar coletivamente o plano de formação continuada para orientação e fortalecimento da ação docente em períodos de distanciamento isolamento social.
- Estabelecer programa de saúde mental e rede de apoio para os profissionais da RME, em parceria com órgãos de saúde e instituições de ensino superior.
- Promover um programa de formação continuada para os profissionais da educação que integram a RME.

- Criar o programa de formação nas respectivas unidades escolares, e formação de pesquisadores da RME, com fomento à pesquisa *scrito sensu*.
- Implementar políticas públicas afirmativas, destacando a equidade dentre os princípios da educação pública de Curitiba.
- Desenvolver estratégias para ampliação progressiva do número de vagas na educação em tempo integral, em especial em regiões da cidade com maior vulnerabilidade socioeconômica.
- Investir na revitalização e ampliação de espaços visando a acessibilidade à pessoas com deficiência, com padrão arquitetônico e mobiliário específico para escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e demais equipamentos.
- Ampliar e fazer manutenção de recursos tecnológicos que permitam o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação em diferentes espaços educativos, contemplado a acessibilidade a pessoas com deficiências considerando a formação continuada para o uso pedagógico de tais recursos.
- Aprimorar infraestrutura de conexão de internet sem fio nos espaços educativos da RME, visando o uso de dispositivos móveis para finalidades pedagógicas.
- Implementar estratégias e ações de tecnologia para aproximar a comunidade escolar do uso dessas tecnologias e das ações educativas que podem ser executadas com sua utilização.
- Reestruturar os espaços educativos com projetos de inclusão.
- Reordenar o processo pedagógico e preparar protocolos para lidar com crises sanitárias, priorizando o acesso e o direito de aprender, com ênfase no calendário escolar, currículos e processos avaliativos.
- Criar comunidades “virtuais” com as famílias para a manutenção dos vínculos com a escola.
- Ampliar o programa de centro de referência nas unidades de educação de jovens e adultos.
- Assegurar acompanhamento e atendimento monitorado às filhas e filhos de estudantes do programa de Educação de Jovens e Adultos, disponibilizando esse atendimento no mesmo local das aulas das mães.
- Buscar a universalização da pré-escola, efetivando o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, sem antecipação da escolarização.

- Reestruturar a Central de Vagas ofertando mais vagas de tempo integral, otimizando o funcionamento dos CMEIs, com critérios de transparência, territorialidade e intersetorialidade.
- Implementar ações que tornem possível a melhoria contínua do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Curitiba, garantindo educação de qualidade para todos e todas.
- Ampliar os Centros Municipais de Educação Integral.
- Aumentar o tempo de permanência das crianças nas escolas por meio de projetos de contraturno e/ou ampliação do tempo integral por meio de parcerias intersetoriais.
- Estabelecer uma política de diminuição do analfabetismo por meio da ampliação do acesso, permanência e continuidade na escolarização de jovens e adultos na RME.
- Integrar a educação de jovens e adultos à educação profissional, de acordo com as características dos/as atendidos/as, em parceria com entidades do setor privado e instituições de ensino superior.
- Ampliar a oferta de educação de jovens e adultos em três turnos, de acordo com as necessidades do público-alvo e das regiões com demanda diagnosticada.
- Garantir equipes qualificadas e a qualidade das ações educativas da educação especial em consonância com a Política Nacional de Educação Especial e na perspectiva da educação inclusiva, reorganizando o atendimento e o trabalho pedagógico desenvolvido em todas as modalidades da educação especial.
- Qualificar os profissionais da educação para acompanhamento pedagógico de crianças e jovens com transtorno de aprendizagem, visando o desenvolvimento integral dos/as educandos/as.
- Ampliar e construir parcerias com órgãos de saúde para contemplar, nos centros municipais de atendimento educacional especializado, com atendimentos clínicos, psicológicos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos.
- Estabelecer o ensino e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do sistema de escrita Braille para a RME.
- Promover parcerias com entidades órgãos da cultura, do esporte e do lazer para projetos de inclusão esportiva e cultural nas escolas.

Esporte e Lazer

O lazer, as práticas esportivas e as atividades físicas são dimensões socioculturais essenciais para o equilíbrio da vida individual e para o convívio em sociedade dentro de um ecossistema complexo e dinâmico. Para materializar tais experiências na vida cotidiana, precisamos de tempo, espaço, educação, formação cultural, política e cidadã.

Para dar conta de transformar a cidade de Curitiba em um lugar no qual às experiências de esporte e lazer sejam acessíveis e significativas, promotoras da cidadania e da saúde da população, e integradas as outras políticas públicas de educação, saúde, mobilidade, cultura e meio-ambiente, contemplando a inclusão e a acessibilidade, propomos:

- Desenvolver um sistema de esporte e lazer para Curitiba baseado no diálogo com a população e nas melhores práticas da área no Brasil e no exterior, valorizando as culturas dos bairros e da cidade.
- Estabelecer diálogo constante com as comunidades.
- Contemplar a inclusão e a acessibilidade para o exercício do direito ao lazer e ao esporte de todas e todos.
- Desenvolver cadastro único de crianças, jovens e adultos com deficiências, para a promoção do paradesporto.
- Incentivar a busca ativa de talentos de atividades paradesportivas.
- Ampliar e renovar a variedade de equipamentos presentes em praças e parques, investindo nos aspectos de qualidade da infraestrutura, segurança e manutenção.
- Promover a diversidade dos modelos de espaços e equipamentos distribuídos nas praças e parques de Curitiba, para além das quadras esportivas tradicionais (futebol, voleibol, basquetebol, handebol).
- Promover áreas de escalada urbana.
- Implementar um programa de ampliação de praças e pistas de todas as modalidades de skate na cidade.
- Estudar locais propícios, da periferia ao centro, para implementar os Domingos de Esporte, Lazer e Cultura, com o conceito de “ruas abertas”, restringindo

temporariamente o acesso dos automóveis e fornecendo material para viabilizar a experimentação de práticas como do ciclismo, skate, patins, além de outras práticas corporais das culturas dos bairros, para promover uma vida de qualidade cidadã, com base no bem-estar social e na saúde da população.

- Estabelecer parcerias com associações de bairro, comerciantes e organizações esportivas para a ocupação de públicos para a prática esportiva e de lazer de variadas modalidades.
- Transformar equipamentos municipais de esporte acessíveis via rede de transporte coletivo com linhas especiais.
- Estudar a ampliação de eixos com “parques lineares” pela adaptação das vias e renovação de outras vias já existentes.
- Integrar ações e eventos da área de cultura com a área de esporte e lazer, convergindo os calendários de eventos dessas áreas e ampliando as possibilidades de lazer para a população.

Cidade com Segurança

Para aprimorar a segurança de Curitiba utilizando inteligência, boas práticas e políticas efetivas, assim como valorizar o papel da Guarda Municipal, e garantir uma cidade segura desde as crianças e mulheres, às pessoas idosas e às mais vulneráveis, propomos as seguintes ações:

- Implantar policiamento comunitário de proximidade, procurando aproximar a Guarda Municipal de Curitiba e as comunidades através das organizações da sociedade civil e moradores, reforçando a confiança mútua entre agentes de segurança e a sociedade.
- Implantar e aprimorar constantemente a integração da Guarda Municipal de Curitiba com outros órgãos de defesa social.
- Investir e qualificar a inteligência da Guarda Municipal de Curitiba através de uso mais intensivo da tecnologia da informação e de treinamentos em elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, de forma a valorizar a experiência dos agentes de segurança.
- Promover ações intersetoriais para prevenção da criminalidade na juventude.

- Promover atualizações e formação continuada em parcerias com a Guarda Municipal de Curitiba, o Instituto Municipal de Administração Pública, as universidades, a Ordem dos Advogados do Brasil e as instituições de pesquisa.
- Promover ações intersetoriais para a saúde mental dos agentes de segurança pública.
- Ampliar a Patrulha Maria da Penha por meio de uma equipe para cada regional administrativa municipal, com vistas a prover maior proteção, prevenção, monitoramento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e com medidas protetivas de urgência aplicadas pelo Poder Judiciário.
- Fortalecer os serviços de atendimento às vítimas de violência sexual, garantindo a materialidade das provas que permitem a identificação do agressor, através da coleta de materiais de exames periciais e laudos, e ações intersetoriais.
- Promover estratégias para o adequado monitoramento por meio de dispositivo de segurança preventiva “botão do pânico”.
- Promover atualizações e formação continuada para atendimento à população LGBTI+, população negra e periférica buscando desnaturalizar o racismo e LGBTI+fobia institucional.

Defesa dos Direitos da Mulher

Mulheres ainda enfrentam desafios para romper com desigualdades econômicas e sociais, como demonstra o relatório do Fórum Econômico Mundial (2019) ao informar que serão necessários 257 anos para haver paridade de gênero nas oportunidades e participação econômica.

Para superar esta realidade são necessárias providências em diferentes camadas da sociedade. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Recriar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, articulando a inserção do recorte de gênero nas políticas setoriais (como educação, saúde, mobilidade, cultura, etc.).
- Estimular a paridade de gênero para ocupação de funções executivas.

- Desenvolver programa intersetorial para inclusão no mercado de trabalho e qualificação profissional de mulheres vítimas de violências.
- Promover o acesso por meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica a produtos de higiene menstrual.
- Defender a autonomia da gestante em escolher a forma de nascimento do seu bebê como um direito da mulher que deve ser estimulado pelos profissionais de saúde.
- Implementar uma casa de acolhimento para mulheres gestantes em situação de rua com propósito de cuidado, proteção e formação adequada para que possam superar esta situação.
- Instituir Fóruns e Comitês especializados de Políticas para as Mulheres visando incentivar a governança participativa e a conscientização da importância do tema das políticas para mulheres.
- Elevar Curitiba a “Cidade Amiga das Mulheres” por meio da implantação de um colegiado de gestoras municipais de todas as secretarias e órgãos mais importantes para o planejamento do orçamento público com o enfoque de gênero.
- Promover curso de especialização para servidoras e outras profissionais que atuam na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das propostas do plano de governo e das políticas para as mulheres com base no “Women and Public Policy Program” da Universidade Harvard.
- Implementar centros regionalizados de atenção às mulheres em situação de violência com atendimento emergencial, intersetorial e interinstitucional.
- Fortalecer as ações da Casa da Mulher Brasileira (CMB) por meio da ampliação e qualificação da equipe da CMB sob a responsabilidade do município, em especial nas áreas de serviço social, psicologia, gestão administrativa, recepção e Guarda Municipal.
- Implantar sistema de dados informatizados na CMB, importante para a integração de sistemas que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Implantar na CMB um Núcleo do Instituto Médico Legal para coletar evidências e provas para identificação de agressores, no sentido de minimizar a revitimização de mulheres vítimas de violência.

- Instituir atendimento a homens autores de violência de gênero visando a recuperação e a prevenção de reincidência de casos mediante acompanhamento multidisciplinar, conforme previsto na Lei Maria da Penha (11.34/2006).
- Realizar pesquisa quantitativa e qualitativa dos processos que envolvam o crime de feminicídio por meio de parcerias com universidades com vistas a elaborar formas de intervenção para prevenir e evitar os crimes de feminicídio.

Acesso à Assistência Social

Organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Assistência Social tem como objetivo e garantir a proteção social à população, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Com um modelo de gestão participativa, esse sistema articula os esforços e os recursos do município para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Converter a Fundação de Ação Social (FAS) em Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Estabelecer política de assistência à saúde mental e bem-estar dos trabalhadores.
- Restabelecer a função de Educador Social.
- Retomar a educação permanente para os trabalhadores da assistência social do município.
- Estruturar e desenvolver as competências das equipes de referência às funções da assistência social, às demandas dos territórios e apoiá-las na integração de serviços e benefícios socioassistenciais.
- Valorizar a equipe do quadro de servidores qualificados da Fundação de Ação Social (FAS) para ocupar cargos de gestão central, regional e local, com a prerrogativa de equidade de gênero, raça e população LGBTI+.
- Fortalecer os Conselhos de Direitos.

- Incentivar a criação dos conselhos locais de assistência social como estratégia de fortalecimento dos territórios.
- Reforçar as redes de proteção nos territórios.
- Promover atendimento qualificado e estruturas adequadas para crianças e adolescentes em desabrigo.
- Fortalecer o programa Jovem Aprendiz por meio de ações intersetoriais.
- Aperfeiçoar o Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, priorizando o envolvimento familiar.
- Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes de modo intersetorial com a saúde e à educação.
- Priorizar a qualificação profissional de adolescentes em situação de exploração sexual.
- Combater o trabalho infantil com oportunidades de renda aos responsáveis.
- Fortalecer a dimensão protetiva das famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social por meio da inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais.
- Ampliar as residências com gestão compartilhada para adolescentes egressos dos acolhimentos institucionais.
- Fortalecer o Programa Família Acolhedora.
- Implementar Centros de Convivência Regionais para pessoas idosas com a presença de equipe mínima contendo profissionais da assistência social, terapia ocupacional e psicologia.
- Mapear pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de risco para acompanhamento social.
- Implementar novas modalidades de acolhimento coletivo e familiar em respeito às especificidades da população migrante, refugiada e apátrida.
- Implementar Centros Dia para pessoas idosas e para pessoas com deficiência.
- Melhorar as estruturas físicas da Assistência Social, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pop), acolhimentos institucionais.

- Estabelecer critérios para inclusão da rede de atendimento do terceiro setor prestar serviços ao município, de modo a garantir o atendimento adequado para cada território.
- Adequar os serviços de por meio da distribuição de renda via benefícios socioassistenciais.
- Integrar o atendimento da assistência às demais políticas municipais e estaduais, sobretudo a política de saúde mental.
- Assegurar a atuação conjunta com a política municipal de segurança alimentar e nutricional, ampliando e diversificando o atendimento prestado conforme as necessidades da população, em especial os públicos mais vulneráveis.
- Buscar parcerias com o setor privado para fomento das ações socioassistenciais.

Proteção dos Direitos e Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida

Uma sociedade pode ser menos excludente quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, assegurando-lhes oportunidades de acesso aos bens e serviços dos quais necessita.

Para que Curitiba seja uma cidade que respeita, protege e promove os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, propomos as seguintes ações:

- Fortalecer o Centro de Apoio à Empregabilidade da Pessoa com Deficiência.
- Atender pessoas com deficiência auditiva, por meio da Central de LIBRAS, nas modalidades presencial e online.
- Ampliar o atendimento no Programa de Transporte Acesso.
- Implantar o uso do Cartão Respeito e ampliar o número de serviços oferecidos.
- Assegurar formato acessível na produção de materiais informativos e campanhas, em todos os canais de comunicação da Prefeitura, incluindo pronunciamentos dos gestores públicos.

- Criação de rotas acessíveis para facilitar a circulação aos pontos de maior interesse na cidade, aumentando a segurança dos transeuntes com deficiência e mobilidade reduzida.
- Considerar a acessibilidade como prerrogativa para realização de obras em ambientes públicos.
- Incentivar que as obras privadas se adequem às normas de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Adaptar o aplicativo utilizado pela URBS para ser acessível as deficiências: Visual, física, intelectual.
- Promover a formação dos condutores de veículos de táxi e transporte público, sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Promoção Dos Direitos Étnico Raciais

A Agenda 2030 propõe que ninguém seja deixado para trás nos processos de desenvolvimento. Precisamos enfrentar o racismo e as discriminações múltiplas que afetam a vida de mais de 20% da população curitibana e mais de 30% da população paranaense, que se autodeclaram negras: pretas ou pardas.

Para tanto propomos as seguintes ações:

- Promover ações de respeito à pluralidade religiosa conforme determina a Lei 12.288/10 visando garantir liberdade de crença e proteção aos locais de cultos religiosos.
- Estruturar a Política de Direitos Humanos e Igualdade Racial para garantir a realização das ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-racial (em tramitação no Conselho Municipal).
- Reconhecer as especificidades para o atendimento dos povos originários, ciganos e da diáspora africana e oferecer um serviço qualificado.
- Promover a inserção da história e cultura indígena e africana no currículo escolar, conforme previsto nas leis 10.639/03 e 11.645/08.

Promoção dos Direitos da População LGBTI +

A população LGBTI+ é vulnerável quanto ao atendimento de seus direitos humanos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde. Construir uma sociedade que saiba conviver com a diferença é um trabalho árduo, mas que tem a glória de colher o fruto de uma sociedade mais justa.

- Promover campanhas de conscientização contra a LGBTI+fobia.
- Qualificar os profissionais que atuam com esta população, em diferentes setores dos serviços públicos, em especial da segurança pública da assistência social e da saúde.
- Ampliar parcerias para ações de assessoria jurídica, assistência social, saúde mental, entre outras.
- Desenvolver mecanismos de inclusão no mercado de trabalho.
- Desenvolver mecanismos de inclusão e permanência no ensino.

Promoção Dos Direitos da População em Situação de Rua

O cidadão e a cidadã que está em situação de rua já se encontram com inúmeras limitações, privados de condições materiais mínimas e sujeitos a graves violações, discriminação e invisibilidade. O fomento às ações que promovam o fim do processo de desumanização imposto a essa população é urgente e necessário.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Realização de pesquisas que permitam conhecer este público para subsidiar a produção de políticas públicas efetivas e que contemplem o universo de pessoas a ser atendido.
- Produção de campanhas que enfrentam o preconceito e a violência contra a população em situação de rua e conscientizem a população em geral e servidores públicos a respeito do tema.
- Incentivo a cooperativas sociais composta por trabalhadores em situação de rua.

- Ofertar às pessoas em situação de rua abrigo, alimentação, locais adequados para higiene pessoal, guarda-pertences, acesso à qualificação, emprego e renda.
- Promover ações de alfabetização às pessoas em situação de rua, em parceria com a educação.
- Desenvolver um programa que garanta moradia social adequada, de modo a priorizar o direito à cidade, evitar a periferização e utilizar a infraestrutura urbana já constituída.

Imigração

O aumento expressivo de pessoas que migram se tornou uma realidade crescente nos dias de hoje. As pessoas nesta condição precisam de assistência adequada às suas especificidades. Uma cidade humanista e que têm a pessoas como centro norteador de suas ações deve estar comprometida com o bem-estar e respeito aos direitos destes cidadãos e cidadãs.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Fortalecimento dos serviços de atendimentos a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
- Promover formação continuada aos profissionais que atuam com esta população nos serviços públicos.
- Ampliar e qualificar o atendimento na casa da acolhida e do regresso, considerando as especificidades de atendimentos individuais e grupos familiares.
- Promover parcerias com organizações sociais voltadas ao atendimento de pessoas migrante, refugiadas e apátridas.
- Fortalecer mecanismos de inclusão no mercado de trabalho.

Habitação, Gestão e Regularização Fundiária

Interpretada como acesso aos meios para uma sobrevivência digna, a moradia é reconhecida nacional e internacionalmente como direito humano fundamental. Em

termos urbanos, viver dignamente significa habitar em um espaço da cidade dotado de infraestrutura para o tratamento de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, arborização, com acesso facilitado a equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura, bem como às oportunidades econômicas e de emprego.

Em maio de 2020, Curitiba chegou a 2.782 famílias em situação de rua inscritas no CadÚnico. Contudo, para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), este número ultrapassa a casa das 5 mil pessoas, demonstrando que a questão da moradia no município é grave e urgente, demandando comprometimento e priorização de políticas de enfrentamento da problemática por parte da gestão municipal.

O diagnóstico é de que existe em Curitiba duas cidades: a dos cartões postais, composta por bairros centrais que recebe atenção da Prefeitura. e a periférica, que é esquecida, marcada pela ausência de políticas públicas que possam efetivar o direito à terra urbana e à moradia para as populações de menor renda, o que aponta para o descaso com aqueles que mais necessitam da atuação do poder público para concretizar o direito à moradia adequada e à uma vida digna. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Novo Arranjo Institucional e Política de Habitação e Fundiária do Município com as políticas de planejamento urbano.
- Fortalecimento do Setor Público responsável pela Política Habitacional do Município, através do esforço da criação de uma Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, cujo objetivo será conferir centralidade à questão da habitação em Curitiba, desenhando uma política municipal de habitação com foco na Habitação de Interesse Social (HIS) e integrada com as políticas públicas urbanas.
- Destinação orçamentária específica para habitação, com estabelecimento de cota mínima anual do orçamento, com aumentos progressivos dos investimentos.
- Empreendimento inclusivo: ofertar incentivos construtivos a empreendimentos a serem construídos em regiões centrais e com infraestrutura urbana, para que, em troca, seja doada uma porcentagem das unidades habitacionais do empreendimento ao Município.

- Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) de Vazios: mapeamento de terrenos subutilizados com potencial para produção de Habitação de Interesse Social, especialmente nas áreas mais centrais e valorizadas, conforme determinação do Plano Diretor. Tem como objetivo criar estoque de terras, permitir o planejamento da política habitacional a longo prazo.
- Inventariar o Patrimônio Imobiliário do Município para Produção de (HIS) e locação social pública aproveitando a infraestrutura pública subutilizada, das demais empresas municipais, que estejam vazios ou ociosos promovendo sua utilização para produção de Habitação de Interesse Social em áreas infraestruturadas, a exemplo da casa do estudante paranaense.
- Rever a política de Aluguel Social, através da compreensão do funcionamento do benefício financeiro mensal para cobertura de despesas com moradia de famílias de baixa renda, com prioridade para famílias com renda de até 03 salários mínimos, mulheres em situação de risco em razão de violência doméstica e de adolescentes entre 18 e 21 anos egressos do sistema de acolhimento institucional da criança e do adolescente.
- Criação de Política de Regularização Fundiária Integrada com a garantia de bem-estar da população local, garantias jurídicas da posse mediante análise e estudo de viabilidade da permanência da população em locais fora de área de risco e de preservação ambiental, com participação social, garantindo a moradia digna e integrada à cidade.
- Regulamentação Municipal da Lei nº 11.888/2008 (Assistência Técnica para Habitação de Interesse social - ATHIS) que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Mobilidade Ativa

Caminhar, se deslocar, andar de bicicleta e participar de uma vida urbana devem fazer parte de atividades cotidianas das pessoas com e sem deficiência em todas as regiões da cidade. Conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei

nº 12.587/2012), pedestres e ciclistas têm prioridade em relação aos modais motorizados. Diretrizes estabelecidas pela dita lei, como acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável das cidades, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e segurança nos deslocamentos das pessoas serão pontos norteadores das propostas aqui apresentadas.

Mobilidade a Pé: Todos Somos Pedestres

Muitos fatores influenciam qualidade do caminhar: o percurso, o projeto, a superfície, a quantidade de pessoas. É necessário resgatar a dimensão humana para o planejamento urbano e construção das cidades, assim propõe-se:

- Elaboração de levantamentos e estudos técnicos para análise da qualidade das calçadas e segurança dos cruzamentos.
- Elaboração de levantamentos e estudos técnicos para índices de caminhabilidade.
- Criação de rotas acessíveis, através da parceria com “*Rotas Acessíveis Prioritárias*”, do ParanaCidade
- Aplicar preceitos de acessibilidade universal em todos os projetos públicos.
- Criação de Áreas Calmas e utilização de Técnicas de Moderação de Tráfego em regiões estratégicas da cidade, melhor especificadas e “Segurança Viária.

Desenho Universal

A garantia da acessibilidade de todas as pessoas ao espaço público e edificação. O município é responsável por prover uma série de serviços fundamentais para atingir as diretrizes nacionais de promoção da inclusão social de todos os cidadãos, estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto do Idoso asseguram. Assim, este tema é desenvolvido dentro das ações de cada diretriz e melhor aprofundado em capítulo único sobre acessibilidade e pessoa com deficiência, assim como identificado quando.

Mobilidade por Bicicleta

A garantia da infraestrutura adequada, conectada e segura para que ciclistas de diferentes gerações, gênero e regiões da cidade possam transitar de maneira segura. Elaboração de novos projetos de ciclovias buscando a conexão com a infraestrutura existente. Propõe-se:

- Projeto RMC Bici - manter diálogo com municípios vizinhos para implementação do plano da conexão cicloviária intermunicipal de municípios do Núcleo Urbano Central.
- Implantação do Circuito Intercampi conectando os cinco Campi da Universidade Federal do Paraná e instituições de ensino superior particulares.
- Explorar o Potencial Cicloviário na Região Sul de Curitiba - com estudo de viabilidade e planejamento para implantação de microrrede cicloviária local.
- Implantação de Ciclofaixas no Bordo Esquerdo de Vias com Faixa Exclusiva para Ônibus. Ex: XV de Novembro, Rua Marechal Deodoro e Rua Des. Westphalen
- Priorizar a implantação da infraestrutura Cicloviária no entorno das Escolas com um conjunto de medidas para segurança viária como
- Circuito Cicloturístico de Curitiba - Criação de rota. Ex: Av. Mal Hermes - Museu do Olho, Praça Tiradentes e Santa Felicidade.
- Elaboração de projetos de infraestrutura cicloviária - para planejamento adequado de infraestrutura considerando largura, fluxo de tráfego e conflitos de trânsito para estabelecer a melhor tipologia e nível de segregação a se implantar.
- Levantamento das condições e manutenção das ciclovias existentes, como ciclovia ao longo da Rua Flávio Dallegrave.
- Estudo para implantação de sistema de orientação espacial pelo uso de sinalização de indicação voltada ao transporte ciclístico.
- Realização de audiências públicas para a revisão do PlanCiclo (2013) e Plano de Estrutura Cicloviária (2019) e desenvolvimento da infraestrutura cicloviária.
- Ruas de Lazer destinando o espaço de vias públicas para atividades de lazer e de esporte aos domingos, adequando o fluxo do transporte individual e coletivo motorizado.

Fortalecimento do Setor Público Responsável

O desenvolvimento de uma política pública requer uma equipe direcionada a elaboração e continuidade das ações, assim, se propõe as seguintes ações:

- (Re) Criação do Setor de Ciclomobilidade no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) - com o objetivo de desenvolver o planejamento e projetos para a implantação da infraestrutura cicloviária
- (Re) Criação da Coordenação de Mobilidade Urbana na Secretaria Municipal de Trânsito (SETRAN) - com o foco de desenvolvimento de ações e projetos voltados para pedestres e ciclistas.
- Viabilização do diálogo entre as administrações dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, SETRAN e URBS para melhor integração dos serviços de mobilidade urbana.
- Diálogo constante com trabalhadores de transporte por aplicativo, taxistas e outros.

Obras Públicas

- Previsão Orçamentária Mínima Destinada Exclusivamente para investimentos em Infraestrutura para Ativa.
- Previsão de implantação de infraestrutura cicloviária na obras públicas do município.

Paraciclos e Bicicletários

Localizados em área vigiada, com estruturas seguras para a fixação de bicicletas. Equipamentos de suporte ao ciclista, como bebedouros, bombas para pneu e ferramentas básicas para a manutenção da bicicleta.

- Implantação de Paraciclos em Edifícios de Instituições Públicas,
- Implantação de bicicletários em terminais de ônibus e áreas de concentração de paradas.

- Levantamento de pontos estratégicos nas 10 Regionais para implantação de paraciclos, conectando as ruas comerciais, pontos de cultura, locais com alto fluxo de pedestres e ciclistas para implantação do equipamento.

Bicicleta Compartilhada

O sistema de bicicletas permite que usuários possam retirar a bicicleta em um determinado local e devolvê-la em outro, tornando o transporte movido à propulsão humana mais prático. O planejamento do sistema deve levar em consideração um conjunto de variáveis, como por exemplo a densidade, topografia e o clima da cidade. Retomar estudos de viabilidade do sistema de bicicleta compartilhadas em Curitiba.

Morte Zero No Trânsito

Nenhuma morte no trânsito é aceitável. Qualquer novo projeto deve ser feito visando morte zero. Soluções pontuais na malha viária podem evitar acidentes antes que estes aconteçam, pela identificação dos riscos latentes, além do tratamento de pontos críticos. Adesão ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Lei Federal n.º 13.614/2018), que tem como um dos objetivos a redução de pelo menos a metade a taxa de mortes por habitantes até 2028.

- Design viário consistente eliminando ambiguidades na interpretação de situações no sistema viário, em especial nas passagens para pedestres e bicicletas.
- Utilização de técnicas para acalmar o tráfego em espaços de trânsito compartilhado e em pontos de conflito, como passagens de pedestres e bicicletas.
- Proteção de usuários vulneráveis pela separação de pedestres e bicicletas do tráfego motorizado quando as velocidades e volumes são altos e criação de condições para o compartilhamento quando possível.
- Preservação e criação de vias de mão dupla garantindo um fluxo moderado nas vias locais, garantindo uma melhor qualidade ambiental para moradores e condições para desenvolvimento do comércio na região.

- Estudo para implantação de rotatórias
- Estudos para o tratamento de interseções complexas - aumentando segurança nos cruzamentos
- Tratamento adequado no entorno dos pontos de ônibus - garantindo o acesso seguro do usuário ao ponto através de travessia, sinalização e iluminação do entorno.
- Fiscalização, orientação e conscientização com ações coordenadas e integradas visando reduzir as violações intencionais.
- Programa de reinserção social de vítimas de acidentes de trânsito

Sistema Viário Funcional e Autoexplicativo

As pessoas precisam de vias com fluxo contínuo para viajar longas distâncias com eficiência, mas também precisam de áreas calmas para atividades comerciais e residenciais. Através da criação de sistema funcional cada via possui uma função bem definida pelo seu design, reconhecível pelos usuários, autoexplicativo..

- Desenvolvimento de padrões de design para um número reduzido de categorias de vias voltadas aos usuários, que contemplem todas as categorias da Lei N.º 15.551 e Plano Diretor de Curitiba.
- Estudo para implantação de projeto piloto de sistema viário autoexplicativo em região da cidade.
- Credibilidade dos limites de velocidade: o desenho da via é coerente com o seu limite de velocidade.

Áreas Calmas

Muitas cidades criam áreas livres de automóveis, em especial em áreas centrais, ou possuem restrições para sua circulação, também em áreas periféricas, afastadas do centro. Essas áreas com tráfego acalmado, ruas para brincar, vias exclusivas ou preferenciais para pedestres e bicicletas, são medidas que promovem um ambiente mais seguro e convidativo para atividades de lazer, cultura e comércio, priorizam a mobilidade ativa e possuem níveis reduzidos de ruído e poluição do ar.

- Acalmar o tráfego em vias locais nos bairros com dispositivos para redução da velocidade e filtros modais, reforçando a função das vias enquanto local de encontro.
- Acalmar Centros de Bairros, através da implantação de áreas calmas nas diferentes centralidades de bairros.
- Preservação e criação de ruas sem saída garantindo a qualidade ambiental do bairro e possibilitando uma maior ocupação do espaço público pelos moradores da região.
- Sinalização de atalhos para pedestres e bicicletas nas ruas sem saída, apenas para o tráfego motorizado, considerando ainda que estas são atrativas ao desenvolvimento da mobilidade ativa
- Estudo para Implantação de áreas calmas no entorno de terminais de ônibus, escolas e vias locais nos bairros.
- Estudo para Implantação de “Superquadras”, incentivando o deslocamento não motorizado visando acesso a serviços e outras atividades da cidade.
- Reafirmar a Área Calma no centro da cidade com medidas pontuais para moderação da velocidade.

Urbanismo Tático

Infraestruturas provisórias construídas com materiais de baixo custo, como cones, balizadores, bancos, vasos de plantas e tinta. As infraestruturas de urbanismo tático podem durar um dia até cinco anos. Esta é uma ação conjunta entre sociedade civil e governo, onde por meio da participação da população na construção da solução é possível avaliar uma reconfiguração viária em tempo real, sem a necessidade de se reconstruir toda a infraestrutura, reduzindo equívocos no processo de construção.

- Utilização de infraestruturas provisórias para ampliar espaços para pedestres e bicicletas.
- Realização de estudos com infraestruturas provisórias para avaliar soluções para interseções completas.
- Criar ciclovias e passeios emergenciais com infraestruturas provisórias garantindo o deslocamento seguro enquanto perdura a pandemia

- Desenvolvimento de indicadores e métricas para acompanhar as ações de urbanismo tático qualitativamente, pela realização de pesquisas com moradores, comerciantes e usuários das infraestruturas.

Campanhas Educativas

Promover campanhas educativas é uma forma de aumentar a segurança de todos, levar informação à população e reduzir os gastos do poder público com saúde. Através da confecção de materiais simples e informativos, é possível levar informação a população sobre normas de trânsito, direção defensiva, segurança dos ciclistas e pedestres. Assim, propõe-se

- Distribuição de material informativo, adesivos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- Fortalecimento de campanhas nacionais, como Maio Amarelo e Dia Mundial sem Carro (22 de Setembro).
- Fortalecimento de programas de pesquisa no trânsito: como “*Vida no Trânsito (PVT)*” e “*Ciclovida, da UFPR*” e Associações Não-Governamentais, gerando dados e pesquisa sobre o sistema viário no município.
- Bicicleta Nas Escolas: promoção de aulas práticas e teóricas sobre educação no trânsito e de ciclomobilidade para crianças da rede municipal de educação.
- Educação para o trânsito com objetivo no (re)conhecimento dos diferentes meios de transportes pelos participantes do trânsito, a fim de estimular uma cultura de cuidado e respeito às diferenças no trânsito e a capacidade de decisão modal.
- Estratégias de comunicação de medidas adotadas
- Termo de entendimento para pesquisa e desenvolvimento entre universidades, indústria, governo e sociedade civil organizada

Transporte Coletivo

Curitiba é reconhecida no planejamento urbano, pelo uso do solo vinculado ao sistema viário e transporte coletivo. Conforme dados da URBS, o transporte coletivo

da capital transporta uma média de 1.365.615 passageiros por dia, em 251 linhas, percorrendo 21 terminais. Conforme estabelece Política Nacional de Mobilidade Urbana, o transporte coletivo tem prioridade sobre o individual assim deve ser prioridade no desenvolvimento de políticas pública, como desenvolvimento de faixas segregadas dos demais automóveis, investimento no serviço ao usuário e busca de mecanismos para promover a intermodalidade. Assim, para o tema propõe-se trabalhar com as seguintes diretrizes e ações:

Avaliação do sistema para a melhor se conhecer os fluxos de passageiros, operacionalização do sistema e investimentos efetivos, é necessário a realização constante de pesquisas e levantamento de dados sobre perfil do usuário, pesquisas de origem e destino. Assim, propõe-se:

- Realização de Pesquisa de Opinião com os usuários para avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços prestados por consórcios e empresas permissionárias.
- Realização de Pesquisa de Opinião com os trabalhadores do sistema de transporte coletivo para avaliação qualitativa dos serviços prestados por consórcios e empresas permissionárias, das condições de trabalho oferecidas e dos programas de treinamento, capacitação e requalificação a eles propiciados pelos empregadores, bem como, das sugestões de mudanças, inovações e propostas de melhoramentos dos serviços.
- Criação de Comissão de avaliação técnica do sistema.
- Parceria com Universidades e Organizações não-governamentais para realização de pesquisa e levantamento de dados de forma permanente.
- Procurar viabilizar a possibilidade de encaminhamentos para a revisão, rescisão ou ratificação do contrato adequando a novos parâmetros indicadores de desempenhos.
- Priorizar atributos de conforto, acessibilidade universal e energias limpas, renováveis e de baixa emissão na caracterização da renovação da frota.

Segurança, direito e conforto dos usuários e funcionários - garantia de boas condições de uso e acesso seguro ao transporte coletivo através de:

- Desenvolver mecanismo e desenho que garantam acesso universal dos usuários ao ônibus e ponto de ônibus.
- Melhoria do desenho do ponto de ônibus, garantindo que tenham espaço adequado para sentar e se proteger da chuva.
- Travessias de pedestres iluminação adequada para acesso ao ponto de ônibus.
- Programa de qualidade para os trabalhadores do sistema e assim Garantir a qualidade de vida no trabalho e segurança dos motoristas.
- Aumentar a segurança de cobradores através de câmeras.

Integração Multimodal Urbana Metropolitana - Para o aprimoramento do sistema de transporte coletivo e busca de mecanismos mais eficientes, propõe-se:

- Estudos de viabilização de integração modal e intermodal
- Implantação de paraciclos nos terminais de ônibus proporcionando segurança para permanência das bicicletas para a fixação de bicicletas e equipamentos de suporte ao ciclista
- Estudos de viabilidade de meios ainda não utilizados de transporte coletivo para integração dos Municípios da Região Metropolitana, como Veículos Leves sobre Trilho.

Aperfeiçoamento do Sistema - promover a constante busca de melhoramento tecnológico, traçados e mecanismos, aumentando a eficiência e funcionamento do sistema de transporte.

- Realização do Estudo de Viabilidade da Integração Temporal das Passagens - possibilitando ao usuário pegar qualquer ônibus da rede integrada por um tempo, que deverá ser determinado mediante pesquisa, sem precisar ir até o terminal, possibilitando rotas flexíveis ao usuário.
- Constante Pesquisa para a Melhoria da Frota de Ônibus na busca de tecnologias mais eficientes, com menor impacto ambiental de emissão de CO2 e poluição sonora.

Sistema De Fiscalização e Controle Do Sistema

- Estudos Financiamento do Transporte Coletivo para desenvolver novas formas de financiamento.
- Realizar o Estudos de Política tarifária inclusiva.
- Controle, Fiscalização e transparência do custo da tarifa.
- Reavaliar o valor da tarifa do transporte coletivo na perspectiva de se alcançar a um valor justo para o usuário.
- Revisão dos contratos e adequação dos contratos com Termos de Ajustamento com os consórcios e ou empresas cuja avaliação seja apenas Regular.
- Elaboração de auditoria projeto, com prévia discussão pública em audiências, das bases e do edital dos futuros contratos de permissão para operação do sistema de transporte coletivo cuja realização ocorrerá pelo menos com antecipação de 24 meses da vigência dos contratos em curso.
- Fortalecimento da Rede Integrada de Transporte assim como o diálogo entre COMEC e URBS.

Mobilidade Como Serviço

Buscar o constante aprendizado e inovação no sistema de mobilidade pela realização de projetos que envolvam diferentes atores no sistema de transportes: governo, planejamento, resgate, manutenção, operação, fiscalização, educação, pesquisa, indústria, montadoras, usuários e usuárias, dentro de suas capacidades e limitações.

Mobilidade Inteligente: Desenvolvimento de pesquisa e serviços voltados à inovação tecnológica orientada pela demanda e integração modal.

Disponibilizar sistema de informação ao usuário, com horários e itinerários, nos pontos de parada ônibus e nos terminais (conforme Lei n.º 12.587).

- Promover a Intermodalidade Realizar estudos e desenvolver plataforma para melhorar a experiência dos cidadãos na integração de sistemas de: Transporte

coletivo, Bicicletas e patinetes compartilhados, Táxis e motoristas de aplicativos, ESTAR eletrônico e outros sistemas que surjam.

- Desenvolver sistemas de benefício ao usuário ligada a inovação tecnológica e assim adequar de políticas públicas do sistema com base em pontuação de incentivo a escolha de modais ativos e coletivos.
- Melhorar eficiência nos deslocamentos resgatar e ampliar estudos de modelagem e circulação por meio de tecnologias no trânsito, como o de sistemas semafóricos inteligentes.

Go!